



## TRAGÉDIA NO SUL



# Prefeitos dão alerta para falta de comida

E pedem aos governos federal e estadual a criação de um corredor para recebimento de gêneros, que estão escasseando

» HENRIQUE LESSA  
Enviado especial  
» VICTOR CORREIA

Henrique Lessa/CB/D.A. Press



Gôndola para a venda de arroz em supermercado da região metropolitana de Porto Alegre. Algumas unidades dão sinais de falta de estoques para repor

**P**orto Alegre — Os prefeitos da Região Metropolitana de Porto Alegre, cujos municípios foram atingidos pelas enchentes, pediram aos governos federal e estadual, ontem, a criação de corredores humanitários de gêneros alimentícios básicos para o Rio Grande do Sul. Em reunião com os ministros Paulo Pimenta (Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional), além do governador Eduardo Leite (PSDB), os prefeitos da capital gaúcha e de mais cinco municípios metropolitanos alertaram para o risco de desabastecimento de alimentos na região.

“O governo federal poderia trazer esse alimento, por aeronaves ou por corredores de caminhões, para fazê-lo chegar ao estado. Estradas como a BR-116, em São Leopoldo, estão muito complicadas — a água não está baixando. O nível do Rio Sinos está diminuindo em torno de 0,2cm por hora. É muito pouco, está muito lento”, disse, ao **Correio**, o prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi (PT).

Ele advertiu que já falta comida no comércio do município e teme que com a previsão de mais chuvas fortes para a próxima semana, aconteça um maior comprometimento da logística para o abastecimento. Supermercados de

Porto Alegre e da região metropolitana já mostram prateleiras vazias, o que confirma a dificuldade de reposição dos estoques até mesmo em produtos básicos — como arroz, um dos principais itens exportados pelo Rio Grande do Sul.

“Temos tido problemas com o

abastecimento de alimentos. Estamos com problemas para comprá-los. Nossos mercados estão com dificuldade de oferecer arroz, feijão e outros produtos básicos. Em todos os mercados, estamos com esse problema”, afirmou Vanazzi.

Na reunião com Pimenta,

Góes e Leite — que também contou com o secretário nacional da Defesa Civil, Wolney Wolf —, os prefeitos de Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo, Guáíba, Eldorado e Nova Santa Rita apresentaram também uma lista de ações emergenciais, como a instalação de bombas de

drenagem nos bairros alagados e a assistência do governo federal na elaboração das solicitações de recursos federais para a implementação de ações de emergência para a mitigação dos efeitos das enchentes.

“As decisões mais urgentes que dissemos que precisamos

## » RS dará benefício de R\$ 2,5 mil

O governo do Rio Grande do Sul começará a pagar, na próxima semana, um auxílio de R\$ 2,5 mil para as cerca de 47 mil famílias afetadas pelas enchentes no estado. O dinheiro se somará ao benefício de R\$ 5,1 mil anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a recuperação dos bens dos atingidos pelas cheias. Ontem, o governo federal anunciou o pagamento, ainda este mês, de uma parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios às cidades gaúchas em estado de calamidade pública. Os R\$ 192 milhões devem ser liberados. “(As cidades) receberão valor duplo do FPM. Isso vai ser por meio de uma medida provisória (MP) encaminhada pelo governo federal”, explicou o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha — que esteve com Lula e outros ministros no Rio Grande do Sul. Segundo o titular da Fazenda, Fernando Haddad, o pagamento dessa parcela extra do FPM é um pedido dos próprios prefeitos.

são de buscar bombas (de escoamento) para Canoas, Porto Alegre e São Leopoldo para poder drenar as águas. Também precisamos que ajudem os municípios a preencher os documentos para obtermos os recursos federais”, explicou o prefeito de São Leopoldo.

## Empresários solicitam verba direta

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, recebeu ontem representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiersg), cuja principal reivindicação é que as medidas emergenciais de crédito para o setor possam ser geridas diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES). Segundo os empresários, esse contato direto facilitaria o acesso ao dinheiro.

“O que nós queremos é que esse recurso saia do BNDES direto, como capital de giro, para as empresas que precisam do dinheiro. Tem empresas que fizeram pedidos de empréstimo na enchente passada [em setembro de 2023] e ainda não receberam nada. Não pode ser assim. Agora é hora de o governo acreditar no empresariado e colocar dinheiro nas empresas para reporem estoques e máquinas. Muitas estão embaixo d’água. As que não tiveram perdas de instalações estão sem conseguir receber insumos e com a produção parada, pois a logística no estado está crítica”, disse, ao **Correio**, o vice-presidente da Fiersg, Cláudio Bier.

Cadu Gomes/VPR



Na reunião com Alckmin, empresários pediram que dinheiro para a recuperação da indústria saia direto do BNDES

Na conversa com Alckmin, os empresários pediram também a flexibilização dos contratos de trabalho. Para os empresários, a regulamentação da Lei 14.437 — que estabelece o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda — seria um importante alívio para a reconstrução do parque industrial. Criada na pandemia, a medida flexibiliza regras trabalhistas, pois suspende contratos

temporariamente e permite a redução proporcional da jornada de trabalho.

Outros pedidos feitos pelas indústrias na área trabalhista incluem a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde do trabalho, com prazo de 120 dias para realização de exames médicos ocupacionais. A Fiersg propôs, também, a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do FGTS de até

quatro competências, em municípios afetados pelo estado de calamidade pública.

“Um dos pontos altos da nossa conversa foi garantir emprego. O crédito me parece que é o mais urgente hoje, além das medidas trabalhistas que a gente trouxe e já mandamos para o ministro Luiz Marinho (do Trabalho e Emprego)”, explicou Arildo Bennech Oliveira, presidente em exercício da Fiersg. (VC e HL)

## Risco de onda de calotes

» MAYARA SOUTO  
Enviada especial

**Capão da Canoa (RS)** — A Associação Brasileira das Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (Abcred) teme que a devastação do Rio Grande do Sul causada pelas enchentes gere uma grande quantidade de calotes, uma vez que aqueles que tomaram empréstimos podem não ter condições de pagá-los. A advertência é de uma carta que a entidade remeteu à Caixa, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Segundo Isabel Baggio, presidente da Abcred, a estimativa é que a inadimplência dos gaúchos possa se estender por dois anos e ter “consequências imprevisíveis na liquidez das instituições operadoras e deterioração de todos os indicadores de risco”. Ao todo, oito instituições de microcrédito atuam no estado, com carteira ativa de R\$ 150 milhões, que tem como tomadores de empréstimos aproximadamente 15 mil clientes.

Para amenizar o impacto da inadimplência, a ABCred pleiteia a prorrogação do pagamento da carteira atual e uma linha emergencial de até R\$ 100 milhões, com maior prazo de carência e

**R\$ 150 BI**

é a carteira ativa de oito instituições de microcrédito que atuam no Rio Grande do Sul

juros de, no máximo, 3% ao ano. “Com isso, conseguimos que as instituições que operam nas regiões atingidas tenham condições de oferecer crédito para reconstrução dos empreendimentos e volta às atividades, por meio de novas operações”, explica a carta da Abcred.

A entidade também alerta para a importância de fundos garantidores ampliarem a atuação no microcrédito. O comércio de roupas, vestuário e acessórios, salões de beleza e condomínios imobiliários foram os setores mais atingidos pelas enchentes. É o que afirma levantamento feito pela startup catarinense LifesHub.

Ao todo, são 162 mil empresas ativas que funcionavam em locais alcançados pela água — 2,4 mil foram abertas nos últimos 30 dias. Juntas, essas firmas têm faturamento anual estimado em R\$ 274 bilhões. A maioria (118.707) fatura menos de R\$ 360 mil anuais e emprega até cinco pessoas.